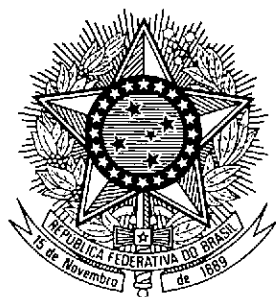

ENCONTRO DOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO E ROBERTO VIOLA



PASO DE LOS LIBRES - 26 de Maio de 1981

DISCURSO DO PRESIDENTE ROBERTO VIOLA
NO ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO,
EM PASO DE LOS LIBRES, NA ARGENTINA

Senhor Presidente,

Esta é a terceira vez, no curso de um ano, que nossos países mantem reuniões a nível presidencial. Trata-se na realidade, de uma freqüência singular neste tipo de contatos em nossa região. Habitualmente, as diplomacias só tendem a promovê-las quando aconselhadas por certas condições.

Mas as reuniões dos Presidentes da Argentina e do Brasil surgem como necessidade imposta por uma relação cordial e vigorosa entre duas nações que fixaram objetivos comuns de grandeza, prosperidade e paz.

Neste momento da história e no caso particular das relações entre nossos países, os fatos impõem nosso contato direto como uma necessidade evidente: demorar, retardar o diálogo franco e direto entre os presidentes de duas nações que se vinculam com estreita malha de relações seria como afastar-se da realidade que vivemos.

Nossos países alcançaram um grau de maturidade política que permitiu a composição racional de nossos interesses em um tema que preocupou seriamente ambos os governos. Chegamos a um ponto feliz em que foi possível racionalizar os problemas e chegar a soluções. Encontrado esse ponto de equilíbrio satisfatório, pareceu que se haviam abertas as pesadas comportas que continham a cooperação desejável em muitos outros campos.

Dos mais variados setores dos nossos países chegaram as nossas mesas de trabalho iniciativas frutíferas que neste último ano se vêm transformando em realidade.

Tivemos o privilégio de poder mostrar nossa vontade de cooperar no campo energético com ambiciosos projetos, que prometem benefícios. Não apenas aos nossos dois países mas também a sub-região a que pertencemos.

Entre todos esses projetos temos a honra de destacar que iniciamos uma cooperação efetiva no campo do uso pacífico da energia nuclear. Essa colaboração abarca aspectos básicos, como a formação de recursos humanos e o intercâmbio de informações nucleares, mas, também, alcança campo de alto valor estratégico: o da matéria-prima e outro de especial conteúdo tecnológico como o da indústria nucleoelétrica.

Desta forma, sobre a maneira de empregar em proveito recíproco o que ambos os países construíram por si mesmo, podemos mostrar ao mundo que duas nações em desenvolvimento são capazes de cooperar em modalidades que até o presente pareciam exclusivas dos estados alamente desenvolvidos.

Podemos também, exibir através dessa cooperação nossas nítidas intenções de utilizar para o bem-estar de nossos povos a energia encerrada nas partículas últimas do universo ao nosso alcance.

Sobretudo pusemos em evidência a falácia dos que nos negavam o apoio que buscávamos pretextando fantasmas que nunca existiram. Este caso de cooperação em matéria de utilização de energia nuclear tem ademais, o valor de mostrar que nossos países podem realizar um trabalho de cooperação e complementação em campos onde já se aplicou o esforço nacional e onde o benefício surgirá precisamente do empenho que propusemos desenvolver.

O intercâmbio entre a Argentina e o Brasil não deve ser concebido como simples intercâmbio dos resultados de nossas produções nacionais.

É certo que as circunstâncias de nossos territórios nos deram vantagens relativas pelo que nossas produções tenderão naturalmente ao intercâmbio. Mas tão certo como isto é que nossas atividades industriais podem racionalmente dispor de mecanismos de complementação em áreas em que cada um de nós haja avançado, e nas em que ambos teremos ainda um largo caminho a percorrer.

Esta colaboração entre nossos países necessariamente redundará em benefício imediato de nossos vizinhos e da região à qual pertencemos. Somente a união de nossos esforços, somadas aos esforços das nações irmãs da América Latina, pode levar-nos a fortalecer a região.

Por este caminho alcançaremos o ponto em que política e economicamente ocuparemos, no concerto das nações, o lugar que a providência nos reservou ao conceder-nos generosos recursos naturais, destacados homens de bem, comprometidos com a conquista de um destino melhor para a humanidade, e é precisamente em nossa região que devem refletir-se de imediato os resultados de nossos trabalhos.

Necessitamos, além disso, da força da região para conseguir que a comunidade internacional dê um tratamento equitativo aos interesses de cada um de nossos países. É necessário que forjemos uma unidade que nos permita obter as oportunidades imprescindíveis para o crescimento de nosso comércio e o estímulo de nosso desenvolvimento.

A tarefa que temos pela frente como integrantes da América Latina não é simples nem fácil, mas por isso mesmo converte-se em um incentivo permanente para aplicar nosso engenho no desenvolvimento de fórmulas eficientes de cooperação.

O progresso que queremos para nós e para toda humanidade, só poderá ser conseguido em um mundo de convivência, no qual a violência e o terrorismo sejam desterrados definitivamente e os confrontamentos e as guerras não ponham em perigo a integridade dos países nem a estabilidade das formas que os povos buscam historicamente para conduzir seus destinos.

Afirmar de início que esta era a terceira reunião que, no curso de um ano, nossos países realizam a este nível. Ademais, esta reunião, que nos deu a oportunidade de manter o diálogo franco e construtivo que sustentamos esta manhã, foi basicamente uma reunião de trabalho em que as formas protocolares habituais foram simplificadas ao máximo.

Sinceramente, confio nesta modalidade como um mecanismo adequado para manter uma comunicação fluída.

É meu propósito continuar este tipo de entrevistas com a frequência que as circunstâncias o permitem.

Foi para mim um grande honra manter com Vossa Excelência minha primeira conferência, como Presidente da Nação Argentina com um Chefe de Estado estrangeiro.

Estou convencido de que as conclusões de nossas conversações de hoje servirão para fortalecer a linha de entendimento e cooperação entre nossas nações.

Convido-os nesta ocasião a brindar por um maior estreitamento entre nossos países, pela prosperidade de nossos povos, e pelo êxito e ventura pessoal do Presidente Figueiredo.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO
DURANTE O ALMOÇO QUE O PRESIDENTE DA ARGENTINA ROBERTO VIOLA LHE OFE-
RECEU EM PASO DE LOS LIBRES, ARGENTINA, EM 26 DE MAIO DE 1981.

Excelentíssimo Senhor Tenente-General Roberto Eduardo Viola,
Presidente da Nação Argentina.

Muito agradeço a Vossa Excelência as palavras da saudação e
a hospitalidade que nos brinda a mim e à minha comitiva.

É com viva emoção e alegria que me encontro mais uma vez em
terra argentina e que saúdo, em sua pessoa, Senhor Presidente, as tra-
dições e os anseios de seu povo.

Em maio de 1980, visitei este grande País e, três meses de-
pois, recebi, no Brasil, o Presidente Jorge Rafael Videla. Esses en-
contros propiciaram a ampliação dos laços de leal amizade e coopera-
ção que caracterizam a convivência entre argentinos e brasileiros.

Não ressaltarei quaisquer aspectos específicos da coopera-
ção dinâmica, ora em curso. São bem conhecidos. O essencial é acentuar
que não constituem fatos ocasionais, mas são parte, e diria parte ain-
da preliminar, de um processo de entendimento e cooperação maduro, que
tem a vocação da permanência e da grandeza.

Senhor Presidente,

Não menos importante é a consciência de que a colaboração en-
tre o Brasil e a Argentina tem reflexos positivos para a tranquilida-
de e o progresso de nossa região. Entendemos, com efeito, que a conju-
gação de nossos interesses e potencialidades deve necessariamente fa-
vorecer o esforço mais abrangente da integração e da unidade Latino-
Americana.

A América Latina tem contribuição específica e original a
prestar ao processo de aperfeiçoamento da convivência internacional. Va-
lores comuns e interesses convergentes aproximam os países Latino-Ame-
ricanos e nos permitirão agir solidariamente e com perfil próprio no
cenário mundial.

É, portanto, indispensável manter um diálogo Latino-Americano intenso, produtivo e igualitário. Não se trata, obviamente, de propiciar eixos ou blocos. Ou de tentar estabelecer, a nível regional, hierarquias ou interlocutores privilegiados para fazer ouvir a vontade Latino-Americana. Pelo contrário, trata-se de reforçar ao máximo nossa vocação ineludível para o entendimento descontraído entre iguais.

Senhor Presidente,

A circunstância de ser este o primeiro encontro oficial que Vossa Excelência mantém com um Chefe de Estado de País amigo bem demonstra a importância de nossas relações bilaterais.

É significativo que tenhamos realizado esta entrevista em Paso de Los Libres e Uruguaiana. Nossas regiões fronteiriças, tão semelhantes aqui por seus costumes e tradições, são o símbolo de nossos laços fraternos. Sobre este Rio Uruguai, que nos une, breve veremos lançados novos exemplos de cooperação e de trabalho conjugado.

É expressivo, sobretudo, que nos encontremos tão próximos à terra natal do libertador General San Martín, cuja visão de estadista nos estimula a novos passos no caminho do entendimento.

Neste espírito, convido todos os presentes a brindarem comigo à ventura pessoal de Vossa Excelência, Senhor Presidente •Roberto Viola, à felicidade crescente do povo irmão da Argentina e ao fortalecimento da amizade entre nossos dois países.

Muito obrigado.

ENCONTRO DOS PRESIDENTES DO BRASIL E DA ARGENTINA.

Dando prosseguimento aos encontros de alto nível que tem ca racterizado as relações entre o Brasil e a Argentina, os presidentes de ambos os países mantiveram hoje, dia 26 de maio de 1981, encontro de trabalho na cidade de Paso de Los Libres, por ocasião da visita que o Presidente Figueiredo fez a República Argentina.

O Presidente Viola, convidado pelo Presidente Figueiredo, cruzou a Fronteira sobre o Rio Uruguai e esteve na cidade de Uruguai na, República Federativa do Brasil, onde ambas as comitivas presidenciais foram homenageadas pelo Prefeito da cidade.

Durante a estada em Paso de Los Libres, os dois Presidentes mantiveram uma cordial e frutífera conversação, na qual foram conside radas as relações bilaterais, o desenvolvimento das relações regio nais e a situação política internacional.

Ao analisarem as relações bilaterais, os Presidentes do Brasil e da Argentina passaram em revista os acordos assinados em Buenos Aires, em maio de 1980, e em Brasília, em agosto do mesmo ano, compro vando o ritmo satisfatório e o espírito construtivo com que estão sen do executados.

Com respeito aos acordos relativos à cooperação na área energética, analisaram os progressos que se tem feito na negociação de um convênio entre água e energia elétrica e Eletrobrás para a interconexão elétrica de ambos os países e os estudos realizados para aproveitamento hidrelétricos conjuntos, como também os progressos que se tem obtido nos estudos sobre a possibilidade de venda de 3 milhões de metros cúbicos anuais de gás natural seco da Argentina para o Brasil.

Em particular, os Presidentes manifestaram seu agrado pela forma com que a Comissão Nacional de Energia Nuclear e Nuclebrás, do Brasil, e a Comissão Nacional de Energia Atômica, da República Argentina, vem pondo em prática, o "Acordo de cooperação para o desenvolvimento e aplicação dos usos pacíficos da energia nuclear".

Ambos os mandatários coincidiram em assinalar as vantagens que para as duas Nações terão os programas de formação de recursos huu

manos e intercâmbio de informação nuclear estabelecidos conjuntamente pela CNEN e a CNEA e destacou como exemplo de vocação para cooperar na utilização da energia nuclear para fins pacíficos; a colaboração que a Nuclebrás e a CNEA tem estabelecido no campo da indústria Nucleoelétrica.

Assinalaram, nesse sentido, com satisfação, que já foi iniciada a execução do contrato de arrendamento ao Brasil do urânio produzido na Argentina, e que amanhã, 27 de maio, em Buenos Aires, serão postos em vigor os contatos referentes à fabricação pela CNEA de tubos de zircaloy para elementos combustíveis a serem utilizados em reatores de potência brasileiros e à participação da Nuclebrás, através da NUCLEP, na fabricação do recipiente de pressão para Atucha II.

Os Presidentes expressaram, também, sua satisfação pelo impulso que as Instituições Científicas de ambos os Países deram aos acordos de cooperação científica e tecnológica, cujo trâmite de ratificação encontra-se avançado. Os convênios complementares sobre pesquisa científica. Pesquisa agropecuária, comunicações. Reflorestamento e Meteorologia que foram subscritos tem permitido iniciar atividades construtivas em benefício da pesquisa e do desenvolvimento em ambos os países; em particular os Presidentes concordaram em instruir os organismos competentes de seus respectivos governos para que, no âmbito do mencionado acordo sejam estimuladas as pesquisas sobre a doença de chagas, que afeta setores consideráveis da população das duas nações.

Analisaram também os trabalhos realizados pelas Comissões Mistas criadas para a preparação dos convênios sobre transportes marítimo e sobre turismo, outrossim, verificaram que o estágio dos procedimentos para aprovação legal do acordo de previdência social permitirá sua oportuna ratificação.

Os Presidentes comprovaram que a Comissão Mista para a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu vem cumprindo com eficiência as tarefas que lhe foram encomendadas, do que é prova a recente adjudicação para o projeto final de engenharia da obra.

Ao analisarem o desenvolvimento das negociações e gestões que a Argentina realiza sobre as Ilhas Malvinas, o Presidente do Brasil reiterou o apoio outorgado pelo seu Governo na matéria e a con

fiança em que tais entendimentos conduzam brevemente a resultados satisfatórios.

Ao considerar as questões vinculadas com o intercâmbio comercial entre ambos os países, os Presidentes concordaram em assinalar a firme disposição comum de buscar seu continuado desenvolvimento e expansão e a manutenção de um adequado equilíbrio quantitativo e qualitativo. Para tal fim, expressaram a intenção de facilitar reciprocamente o pleno gozo da efetividade dos regimes tarifários, sem restrições específicas e de evitar o recurso e medidas particulares unilaterais de todo tipo, capazes de impedir, dificultar ou desestimular o acesso dos produtos de um país ao mercado do outro.

Na busca de metas mais ambiciosas e estáveis de intercâmbio em termos mutuamente satisfatórios, a médio e longo prazos, os Presidentes acordaram, ademais, estabelecer um grupo informal de trabalho cujo mandato será a identificação de mecanismos adequados, de vantagens recíprocas para promover um intercâmbio maior de equilíbrio de produtos industrializados, assim como preservar e ampliar os fluxos bilaterais de produtos agrícolas e minerais. As Seções Brasileiras e Argentina do grupo trabalharão em estrito contato para promover a coordenação dos setores privados e oficiais, as operações e iniciativas conjunta dos setores privados, a adoção de medidas de caráter econômico, comercial e institucional e o encaminhamento do processo negociador - quando for o caso - através dos canais bilaterais intergovernamentais existentes.

Os Presidentes destacaram a importância da CEBAC como foro de consulta sobre temas econômicos e financeiros de interesse comum para ambos os Governos, e consideraram de especial interesse a futura entrada em vigor do acordo para evitar a dupla tributação e evasão fiscal.

Ao considerarem a situação internacional, os dois Presidentes reafirmaram a plena validade do preâmbulo da declaração conjunta firmada pelos Presidentes de ambas as nações em Buenos Aires, aos 17 de maio de 1980, e ratificaram a solene adesão de seus Governos aos propósitos e princípios da carta das Nações Unidas como base indispensável para a boa convivência internacional. Manifestaram, a esse respeito, sua oposição a quaisquer formas de intervenção, colonialismo, hegemonismo e divisão do mundo em esferas de influência e salientaram

a importância de que todos os países contribuam construtivamente para a solução dos grandes problemas mundiais com base na cooperação justa e igualitária.

Os Presidentes ratificaram, outrossim, a adesão do Brasil e da Argentina aos princípios do desarmamento geral e completo sob estrito controle internacional como meio eficiente para garantir a paz e a segurança entre as Nações.

Os dois Presidentes passaram em revista a situação Latino-Americana e concordaram em prosseguir em seus esforços para, com base nos princípios de igualdade soberana dos Estados, da não-intervenção e da rejeição a quaisquer hegemonias, eixos ou zonas de influência, estreitar progressivamente as relações intra-regionais e contribuir para a participação efetiva da América Latina, com perfil próprio de atuação, nas decisões internacionais sobre temas de interesse global.

Ao examinarem a situação da América Central, os Presidentes afirmaram que a estabilidade dessa região não deve ser afetada por interferências de quaisquer origens, e concordaram em que a profundidade da crise política, econômica e social que afeta alguns dos países da mesma requer soluções amplas, justas e de acordo com as normas do direito, que, levando em conta a auto-determinação e os interesses dos seus próprios povos, lhes assegurem o respeito a sua soberania e prosperidade.

Também reiteraram sua adesão aos princípios que regem a OEA e passaram em revista os mecanismos regionais de cooperação e integração ratificando seu apoio ao sistema da Bacia do Prata e deram ênfase as excelentes oportunidades de colaboração que oferece a ALADE.

Os Presidentes trocaram pontos de vista sobre as relações entre a América Latina e as Nações em desenvolvimento da África, as quais se baseiam na solidariedade e no desenvolvimento de relações mutuamente vantajosas, expressaram seu repúdio a todas as formas do colonialismo e de discriminação racial, especialmente a prática do "apartheid". Muito especialmente manifestaram preocupação ante a sobrevivência da situação colonial na Namíbia e particularizaram a necessidade de que esse Território alcance prontamente a independência, mantendo sua integridade territorial dentro das normas estabelecidas

pelas Nações Unidas.

Nesse contexto, expressaram que o Atlântico Sul é uma área de interesse direto e imediato para as Nações em desenvolvimento que o margeiam e ressaltaram a alta conveniência de mantê-lo a salvo de tensões e confrontações internacionais, de modo a preservar seu caráter de instrumento pacífico do intercâmbio e do desenvolvimento destas Nações, de acordo com os propósitos e princípios da carta das Nações Unidas.

Ao considerar a situação no Oriente Médio, ressaltaram a urgente necessidade de que se chegue a uma paz justa e abrangente para a região, a qual deve levar em plena conta os legítimos direitos do povo palestino, assim como o direito de todas as nações da região à existência dentro de fronteiras reconhecidas. Concordaram, ainda, quanto a necessidade de se preservarem a independência, e soberania e a integridade territorial do Líbano. Coincidiram, ademais, em manifestar sua esperança em que o conflito Iraque/Irã chegue a um desenlace pacífico, com uma solução satisfatória e livre de qualquer ingerência externa. Outrossim, os Presidentes analisaram a situação no Afeganistão e expressaram sua preocupação pela manutenção das condições atuais que põem em perigo a estabilidade e a paz na região.

Também examinaram as manifestações de violência irracional em que vive o mundo atual, cuja expressão mais recente foi o atentado contra a sua Santidade o Papa João Paulo II, e expressaram seus mais calorosos votos para sua pronta melhora e seu mais veemente repúdio a todos os atos de terrorismo. Ressaltaram a necessidade de que a comunidade internacional desenvolva uma ação conjunta e crescente como forma de determinações desta índole.

Com referência à situação econômica internacional, os dois Presidentes verificaram, com preocupação, a persistência de sérios desequilíbrios entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como a ausência de progressos significativos para sua superação. Manifestaram a opinião de que a tendência às políticas e práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos é altamente nociva aos interesses de todos os países e, em especial, os países em desenvolvimento.

Expressaram, nesse sentido, a certeza de que a liberaliza-

ção das políticas comerciais dos países desenvolvidos constitui fator fundamental para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional justa e equitativa, cuja promoção apoiam com determinação, mediante a pronta reativação do diálogo Norte/Sul, principalmente no quadro das Nações Unidas.

Nesse contexto, manifestaram a importância que atribuem ao desenvolvimento de formas de cooperação direta que atribuem ao desenvolvimento em todos os campos de atividade, com vistas a aumentar sua confiança mútua e a reforçar os vínculos de solidariedade entre eles. Expressaram ser particularmente importante tal cooperação em bases equitativas e mutuamente proveitosas entre os países em desenvolvimento. A aplicação desse princípio é particularmente relevante no caso das relações entre os exportadores e importadores de insumos energéticos. É igualmente relevante para as relações de cooperação entre países em desenvolvimento, exportadores e importadores de produtos alimentícios.

Ambos os mandatários destacaram sua satisfação pela forma como vem sendo utilizado o sistema de consultas sobre temas políticos de interesse comum criado pelo MEMORANDUM de entendimento, de 17 de maio de 1980. Concordaram quanto à conveniência de continuar mantendo entrevistas de alto nível como as que se tem realizado entre os dois governos, com as quais se complementa e estimula a ativa gestão diplomática desenvolvida pelos canais ordinários; em especial, destacaram a intenção comum de dar aos futuros encontros a forma de reuniões de equipes de trabalho, inclusive no que respeita ao planejamento político das duas chancelarias, nas quais se possam efetuar consultas e intercâmbio de pontos de vista.

O Presidente João Figueiredo convidou o Presidente Viola a manter a próxima entrevista em Território da República Federativa do Brasil, o que foi aceito pelo Presidente da República Argentina.

ENCUENTRO DE LOS PRESIDENTES DE ARGENTINA Y BRASIL

Tras el encuentro que mantuvieron el 26 de mayo último en la localidad de Paso de los Libres, Corrientes, los presidentes de la Argentina, teniente general Roberto Eduardo Viola, y del Brasil, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, fue dado a conocer un comunicado conjunto sobre los temas tratados que expresa lo siguiente:

1. Como continuación de las entrevistas de alto nivel que han caracterizado las relaciones entre el Brasil y la Argentina, los presidentes de ambos países mantuvieron hoy, 26 de mayo de 1981, una reunión de trabajo en Paso de los Libres, en ocasión de la visita que el presidente Figueiredo hizo al territorio argentino.

2. El Presidente Viola, invitado por el Presidente Figueiredo cruzó la frontera sobre el río Uruguay y estuvo en la ciudad de Uruguayana, República Federativa del Brasil, donde ambas comitivas presidenciales fueron agasajadas por el prefecto de la ciudad.

3. Durante la estada en Paso de los Libres, los dos presidentes mantuvieron una cordial y fructífera conversación, en la cual fueron consideradas las relaciones bilaterales, el desarrollo de las relaciones regionales y la situación política internacional.

4. Al analizar las relaciones bilaterales los presidentes de la Argentina y el Brasil passaron revista a los acuerdos suscriptos en Buenos Aires en mayo de 1980 y en Brasilia en agosto del mismo año, comprobando el ritmo satisfactorio y el espíritu constructivo con que se han venido poniendo en práctica.

ENERGIA

5. Con respecto a los acuerdos relativos a la cooperación en el área energética, analizaron los progresos que se han hecho en la negociación de un convenio entre Agua y Energía Eléctrica y Electrobrás para la interconexión eléctrica de ambos países y los estudios realizados para los aprovechamientos hidroeléctricos conjuntos, como

asi también los progresos que se han obtenido en los estudios sobre la posibilidad de la venta de 3.000 millones de metros cúbicos anuales de gas natural seco de la Argentina al Brasil.

6. En particular los presidentes manifestaron su complacen
cia por la forma en que la Comisión Nacional de Energía Atómica de la República Argentina y la Comisión Nacional de Energía Nuclear y Nuclebrás del Brasil, han venido poniendo en práctica el "Acuerdo de cooperaci
ón para el desarrollo y la aplicación de los usos pacíficos de la energía nuclear". Ambos mandatarios coincidieron en señalar las ventajas que para las dos naciones tendrán los programas de formación de recursos humanos e intercambio de información nuclear establecidos conjuntamente por la "CNEA" y la "CNEN", y destacaron como un ejemplo de la vocación para cooperar en la utilización de la energía nuclear con fines pacíficos, la colaboración que la "CNEA" y Nuclebrás han establecido en el campo de la industria nucleoelectrónica, Asimismo, señalaron con satisfacción que ya se ha iniciado la ejecución del contrato de arriendo al Brasil de uranio producido en la Argentina ya que mañana, 27 de mayo, en Buenos Aires, se pondrán en vigor los contratos referentes a la fabricación por la "CNEA" de tubos de zircaloy para elementos combustibles que se utilizarán en reactores de potencia brasileños, y la participación de Nuclebrás, a través de "Nuclep", en la fabricación del recipiente de presión para Atucha II.

CIENCIA Y TECNOLOGIA

7. Los presidentes expresaron, asimismo, su satisfacción por el impulso que las instituciones científicas de ambos países dieron al acuerdo de cooperación científica y tecnológica, cuyo trámite de ratificación se encuentra avanzado. Los convenios complementarios sobre investigación científica, investigación agropecuaria, comunicaciones, reforestación y metrología, que fueron suscriptos han permitido iniciar actividades constructivas en beneficio de la investigación y el desarrollo en ambos países. En particular los presidentes acordaron instruir a los organismos competentes de sus respectivos gobiernos para que, en el marco del mencionado acuerdo, se estimulen las investigaciones sobre la enfermedad de Chagas, que afecta a sectores considerables de la población de las dos naciones.

TRANSPORTE Y TURISMO

8. También analizaron los trabajos cumplidos por las comisiones mixtas creadas para la preparación de los convenios sobre transporte marítimo y sobre turismo. Asimismo, verificaron que el estado de los procedimientos de aprobación legal del convenio de seguridad social, permitirá su oportuna ratificación.

9. Los presidentes comprobaron que la Comisión Mista para la Construcción del Puente sobre el Rio Iguazú viene cumpliendo con eficacia las tareas que le han sido encomendadas, de lo cual es prueba la reciente adjudicación del proyecto final de ingeniería de la obra.

ISLAS MALVINAS

10. Al analizar el desarrollo de las negociaciones y gestiones que la Argentina realiza sobre las Islas Malvinas, el presidente del Brasil reiteró el apoyo otorgado por su gobierno en la materia y la confianza en que tales entendimientos conduzcan a la brevedad a resultados satisfactorios.

COMERCIO

11. Con respecto a las cuestiones vinculadas al intercambio comercial entre ambos países, los presidentes coincidieron en señalar la firme disposición común de buscar su continuado desarrollo y expansión, y el mantenimiento de un adecuado equilibrio cuantitativo y cualitativo. A tal efecto, expresaron la intención de facilitar reciprocamente el pleno goce de la efectividad de los regímenes tarifarios, sin restricciones específicas, y de evitar el recurso a medidas particulares unilaterales de todo tipo, capaces de impedir, dificultar o desalentar el acceso de los productos de un país al mercado del otro.

12. En la búsqueda de metas más ambiciosas y estables de intercambio en términos mutuamente satisfactorios para el mediano e lar

go plazo, los presidentes acordaron, además, establecer un grupo informal de trabajo cuyo mandato será la identificación de mecanismos adecuados, en el marco de ventajas recíprocas, para promover un intercambio mayor y equilibrado de productos industrializados, así como preservar y ampliar las corrientes bilaterales de productos agrícolas y minerales. Las secciones argentina y brasileña del grupo trabajarán en estrecho contacto para promover la coordinación de los sectores privados y oficiales, las operaciones e iniciativas conjuntas de los sectores privados, la adopción de medidas de carácter económico, comercial e institucional y el encauzamiento del proceso negociador - cuando corresponda - en el ámbito de los canales bilaterales intergubernamentales existentes.

13. Los presidentes destacaron la importancia de la "CEBAC" como foro de consulta sobre temas económicos y financieros de interés común para ambos gobiernos, y consideración de especial interés la futura entrada en vigor del convenio para evitar la doble imposición y la evasión fiscal.

SITUACION INTERNACIONAL

14. Al considerar la situación internacional, reafirmaron la plena validez del preámbulo de la declaración conjunta firmada por los presidentes de ambas naciones en Buenos Aires, el 17 de mayo de 1980, y ratificaron la solemne adhesión de sus gobiernos a los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas como fundamento indispensable para la buena convivencia internacional. Manifestaron, a ese respecto, su oposición a cualquier forma de intervención, colonialismo, hegemonismo o división del mundo en esferas de influencia, y destacaron la importancia de que todos los países contribuyan constructivamente para la solución de los grandes problemas mundiales sobre la base de la cooperación justa e igualitaria.

15. Los presidentes, asimismo, ratificaron la adhesión de la Argentina y el Brasil a los principios del desarme general y completo, bajo estricto control internacional, como medio eficiente para garantizar la paz y la seguridad entre las naciones.

LATINOAMERICA

16. Los dos presidentes pasaron revista a la situación latinoamericana y concordaron en proseguir sus esfuerzos basados en los principios de la igualdad soberana de los estados, la no intervención y el rechazo a cualquier hegemonía, ejes o zonas de influencia, a fin de estrechar progresivamente las relaciones dentro de la región y contribuir a la participación efectiva de la América Latina, con perfil propio de actuación en las decisiones internacionales sobre temas de interés global.

17. Al examinar la situación de América Central, los presidentes afirmaron que la estabilidad de esa región no debe ser afectada por interferencias de cualquier origen, y concordaron en que la profundidad de la crisis política, económica y social que afecta a algunos de los países de la misma, requiere soluciones amplias, justas y de acuerdo a las normas del derecho que, tomando en cuenta la autodeterminación y los intereses de sus propios pueblos, les aseguren el respeto de su soberanía y prosperidad.

18. También reiteraron su adhesión a los principios que rigen a la O.E.A. y pasaron revista a los mecanismos regionales de cooperación e integración; ratificaron su apoyo al sistema de la Cuenca del Plata y dieron énfasis a las excelentes oportunidades de colaboración que ofrece la ALADI.

AFRICA

19. Los presidentes intercambiaron puntos de vista sobre las relaciones entre América Latina y las naciones en desarrollo del África, que se fundamentan en la solidaridad y el desarrollo de relaciones mutuamente ventajosas. Expresaron su repudio a todas las formas de colonialismo y de discriminación racial, especialmente a la práctica del Apartheid. Muy especialmente manifestaron preocupación ante la subsistencia de la situación colonial de Namibia y particularizaron la necesidad de que este territorio alcance prontamente la independencia, manteniendo su integridad territorial dentro de las normas establecidas por las Naciones Unidas.

ALTANTICO SUR

20. En este contexto, expresaron que el Atlántico Sur es un área de interés directo e inmediato para las naciones en desarrollo que se encuentran en sus márgenes y destacaron la alta conveniencia de mantenerlo a salvo de tensiones y confrontaciones internacionales, de modo de preservar su carácter de instrumento pacífico de intercambio y desarrollo de estas naciones, de acuerdo con los propósitos y principios de la carta de las Naciones Unidas.

MEDIO ORIENTE

21. Al considerar la situación en el Medio Oriente, destacaron la urgente necesidad de que se llegue a una paz justa y amplia para la región, que debe tomar plenamente en cuenta los legítimos derechos del pueblo palestino, así como el derecho de todas las naciones de la región a la existencia dentro de fronteras reconocidas. Concordaron, además, en la necesidad de preservar la independencia, la soberanía y la integridad territorial del Líbano. Coincidieron, también, en manifestar su esperanza en que el conflicto entre Irán e Irak llegue a un desenlace pacífico, con una solución satisfactoria y libre de cualquier injerencia externa. Asimismo, los presidentes analizaron la situación en Afganistán y expresaron su preocupación por el mantenimiento de las condiciones actuales, que ponen en peligro la estabilidad y la paz de la región.

TERRORISMO

22. También examinaron las manifestaciones de violencia irracional que vive el mundo actual, cuya expresión más reciente ha sido el atentado contra Su Santidad Juan Pablo II, expresaron sus más fervientes votos para su pronta mejoría y su más vehemente repudio a todos los actos de terrorismo. Destacaron la necesidad de que la comunidad internacional desenvuelva una acción conjunta y creciente como medio para detener acciones de esa índole.

PROTECCIONISMO

23. Con referencia a la situación económica internacional, los dos presidentes verificaron con preocupación la persistencia de serios desequilibrios entre los países desarrollados y los países en desarrollo, así como la ausencia de progresos significativos para su superación. Manifestaron la opinión de que la tendencia a políticas y prácticas proteccionistas por parte de los países desarrollados, es altamente nociva a los intereses de todos los países y, en especial, de los países en desarrollo. En esos sentido expresaron la certeza de que la liberalización de las políticas comerciales de los países desarrollados constituye un factor fundamental para el establecimiento de un nuevo orden económico internacional justo y equitativo, cuya promoción apoyan con determinación mediante la pronta reactivación del diálogo Norte-Sur, principalmente en el marco de las Naciones Unidas.

COOPERACION

24. En ese contexto manifestaron la importancia que atribuyen al desarrollo de formas de cooperación directa entre países en desarrollo en todos los campos de actividades, con el objeto de aumentar su confianza mutua y a reforzar los vínculos de solidaridad entre ellos. Expresaron que es particularmente importante tal cooperación sobre bases equitativas y mutuamente provechosas entre los países en desarrollo. La aplicación de este principio es particularmente relevante en el caso de las relaciones entre exportadores e importadores de insumos energéticos. También es igualmente relevante para las relaciones de cooperación entre países en desarrollo exportadores e importadores de productos alimenticios.

CONSULTAS

25. Ambos mandatarios destacaron su satisfacción por la forma en que viene siendo utilizado el sistema de consultas sobre temas políticos de interés común, creado por el memorandum de entendimiento del 17 de mayo de 1980. Concordaron en la conveniencia de continuar

manteniendo entrevistas de alto nivel como las que se vienen realizando entre los dos gobiernos, con las cuales se complementa y estimula la activa gestión diplomática desarrollada por los canales ordinarios. En especial, destacaron la intención común de dar a los futuros encuentros la forma de reuniones de equipos de trabajo, inclusive en lo que respecta al planeamiento político de las dos cancillerías, en las cuales se puedan efectuar consultas e intercambios de puntos de vista.

26. El presidente Figueiredo invitó al presidente Viola a mantener la próxima entrevista en territorio de la República Federativa del Brasil, lo que fue aceptado por el Presidente de la República Argentina.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
BRASÍLIA – JUNHO – 1981**